

RESUMO EXPANDIDO ESTRUTURADO - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM
SAÚDE – METODOLOGIAS INOVADORAS, ENSINO INTERPROFISSIONAL,
EXTENSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: FÉ, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE NO
BRASIL — RELATO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO
MÉDIO**

Maria Eduarda Pereira Leite (mariamepleite@gmail.com)

Eloíza Tábata Romão Matias (reloisa649@gmail.com)

Gabriel Vitor Virgínio Barreto (gv223842@gmail.com)

Maria Eduarda Pereira Chaves (mariaeduardapereirachaves5@gmail.com)

Eloiza Tabata Romão Matias (eloiza.trm.58@gmail.com)

Natanael Marcolino De Brito (370101194@prof.unijuazeiro.edu.br)

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de um projeto de extensão universitária desenvolvido por discentes do curso de Direito do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), em Juazeiro do Norte – CE, cujo foco é o reconhecimento, a valorização e a defesa das religiões de matriz africana como patrimônio histórico-cultural e direito fundamental. A intervenção inicial ocorreu na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Amália Xavier, com estudantes líderes e vice-líderes de turma, tendo como objetivo promover reflexões críticas sobre diversidade religiosa e combate ao racismo religioso. A metodologia adotada foi participativa e dialógica, envolvendo dinâmicas de

sensibilização, exposição dialogada, estudo de casos e produção coletiva de campanhas educativas. Os principais resultados apontam para o fortalecimento da empatia, a ampliação da compreensão crítica sobre o histórico de intolerância religiosa no Brasil, a valorização do protagonismo juvenil e a construção de compromissos coletivos de respeito à diversidade, registrados no “Mural do Respeito”. A ação mostrou-se potente como prática educativa transformadora, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e democrático, além de reforçar a importância da extensão universitária na promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana; intolerância religiosa; extensão universitária; educação em direitos humanos; protagonismo juvenil.

1. INTRODUÇÃO

As religiões de matriz africana constituem um dos mais expressivos exemplos de resistência cultural e espiritual no Brasil. Desde o período colonial, práticas religiosas afro-brasileiras foram perseguidas, invisibilizadas e criminalizadas, sendo associadas à feitiçaria ou curandeirismo (BASTIDE, 1971; FERRETTI, 1995). Apesar dos avanços constitucionais que asseguram a liberdade religiosa — como previsto no artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 —, a efetivação desse direito ainda enfrenta obstáculos históricos, sociais e culturais, especialmente em relação a essas tradições. Em cidades como Juazeiro do Norte, marcada pela forte religiosidade popular católica, a presença dessas práticas permanece muitas vezes marginalizada, o que reforça a necessidade de promover espaços de diálogo e reconhecimento.

No ambiente escolar, observa-se uma lacuna entre o previsto em lei e a prática cotidiana. Embora as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 determinem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, o tema ainda é frequentemente abordado de forma superficial, perpetuando estigmas. Como apontam Mary (1999) e Campani (2001), essas religiões estão em constante processo de ressignificação simbólica, ora resistindo às tentativas de apagamento, ora dialogando com outras tradições religiosas. A ausência de debates qualificados contribui para a reprodução de visões estereotipadas e para o fortalecimento do racismo religioso como forma de discriminação estrutural. Diante disso, o projeto busca promover o reconhecimento e a valorização dessas religiões por meio de ações educativas e culturais, estimulando o protagonismo juvenil e articulando universidade, escola e comunidade religiosa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Autores clássicos e contemporâneos analisam as religiões afro-brasileiras como práticas de resistência cultural, espiritual e política. Bastide (1971) destaca que seus símbolos preservam uma memória coletiva marcada pela diáspora e pela violência colonial, sendo reinterpretados em contato com o catolicismo imposto, num processo de sincretismo que assegurou sua continuidade. Ferretti (1995) aprofunda essa análise ao mostrar que essas tradições se constituem por dinâmicas de separação, mistura e adaptação, revelando sua capacidade de reinvenção sem perder fundamentos simbólicos e comunitários. Mary (1999) e Campani (2001) destacam que, no contexto contemporâneo, essas religiões permanecem em constante releitura, ora negociando com outras tradições, ora reafirmando seus valores ancestrais. Essa perspectiva evidencia que o racismo religioso é estrutural e se manifesta em práticas sociais e institucionais que invisibilizam essas tradições.

No campo educacional, a abordagem do tema é sustentada por dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. No entanto, persiste um descompasso entre legislação e prática pedagógica. A intervenção realizada na Escola Amália Xavier atua sobre essa lacuna ao adotar metodologias participativas — rodas de conversa, dinâmicas de sensibilização e oficinas criativas — que estimulam reflexões críticas e fortalecem o protagonismo juvenil no enfrentamento ao racismo religioso. Assim, a fundamentação teórica oferece suporte tanto para compreender a relevância histórica dessas religiões quanto para orientar práticas pedagógicas transformadoras.

3. METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, com caráter interventivo e de campo, inserida no contexto das atividades de extensão do curso de Direito da UNINASSAU, em Juazeiro do Norte – CE. A ação ocorreu em setembro de 2025, na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Amália Xavier (CREDE 19). Participaram 16 estudantes líderes e vice-líderes de turma, escolhidos por sua posição de representatividade escolar, o que favorece a multiplicação das reflexões no ambiente educativo.

Foram utilizadas técnicas participativas e observacionais, com registros qualitativos das interações e produções dos alunos. A oficina teve duração de 1h30 e foi organizada em quatro momentos: dinâmica de sensibilização “Círculo da Diversidade”; exposição dialogada sobre história das religiões afro-

brasileiras e legislação; estudo de casos reais seguido de debate; e oficina criativa “Campanha pelo Respeito”, que resultou na criação do Mural do Respeito. Os instrumentos incluíram recursos audiovisuais, cartolinas, post-its, panfletos e materiais de escrita. A análise dos resultados foi descritiva e interpretativa, buscando identificar mudanças nas percepções e evidências de protagonismo estudantil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam avanços significativos na sensibilização e compreensão crítica dos estudantes sobre diversidade religiosa e racismo estrutural. A dinâmica inicial promoveu um ambiente de escuta e empatia, estimulando os participantes a refletirem sobre preconceitos vividos e presenciados. Observou-se que muitos possuíam visões limitadas ou estereotipadas sobre religiões afro-brasileiras, revelando o distanciamento entre as determinações legais e as práticas pedagógicas. A exposição dialogada e o estudo de casos favoreceram a ressignificação desses saberes, articulando episódios reais de intolerância religiosa ao arcabouço jurídico existente. Essa relação entre teoria e prática levou os alunos a compreenderem a intolerância religiosa como expressão do racismo estrutural, em consonância com Bastide (1971) e Mary (1999), reforçando o caráter educativo da intervenção.

A oficina criativa resultou no “Mural do Respeito”, um produto coletivo que expressa compromissos pessoais e grupais com a valorização da diversidade religiosa, permanecendo exposto na escola como registro pedagógico. Essa etapa consolidou aprendizagens e estimulou o protagonismo juvenil, com líderes e vice-líderes atuando como multiplicadores. Estudos sobre práticas antirracistas (FERRETTI, 1995; CAMPANI, 2001) indicam que metodologias participativas — que combinam escuta, reflexão crítica e produção coletiva — geram mudanças mais duradouras nas atitudes e no clima escolar. Assim, os achados demonstram que ações extensionistas desse tipo funcionam como instrumentos eficazes de educação em direitos humanos, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras.

5. CONCLUSÃO

A intervenção alcançou seus objetivos ao promover o reconhecimento, o respeito e a valorização das religiões de matriz africana, estimulando reflexão crítica, protagonismo juvenil e enfrentamento ao racismo religioso. As contribuições concentram-se na articulação entre universidade, escola e

comunidade, evidenciando o potencial da extensão como instrumento de educação em direitos humanos e transformação social. A ação ampliou a compreensão dos estudantes sobre diversidade religiosa e consolidou espaços de diálogo e produção coletiva. Como limitação, destaca-se a realização em um único momento e com grupo reduzido. Pesquisas futuras podem expandir o público e adotar ações continuadas para avaliar impactos a longo prazo.

Palavras-chave: religiões de matriz africana; intolerância religiosa; extensão universitária; educação em direitos humanos; protagonismo juvenil.